

A RAM, o Quadro Estratégico e as Condições de Emprego das Forças Militares

Intervenção de Portugal

Nuno Mira Vaz

Coronel

Resumo

A expressão *Revolução nos Assuntos Militares* utiliza-se para designar o actual processo de mudança nas Forças Armadas, largamente inédito tanto no plano tático como no estratégico. Envolve uma revolução na tecnologia dos armamentos e dos equipamentos, uma reformulação das estratégias e uma reconfiguração das organizações militares em função de novos conceitos de actuação e de novos sistemas de armas.

Aquilo que mais directamente se associa à RAM é a vocação estratégica das suas capacidades. Mas as implicações para as condições de emprego das Forças Armadas são igualmente importantes, devendo assinalar-se que algumas das directivas para o emprego das forças militares têm inspiração societal. A circunstância de a mudança ocorrer em simultâneo na sociedade e nas Forças Armadas tem como consequência que a reflexão sobre as incidências da RAM nas modalidades de emprego das forças militares ultrapasse em muito a mera apreciação dos requisitos técnico-militares. Conceitos como "guerra zero mortes" ou "guerra zero soldados" poem directamente em causa a cultura da Instituição Militar e, com ela, o próprio paradigma do combatente.

Abstract

The expression "Revolution in Military Affairs" designates the current process of change in the Armed Forces, unprecedented for its implications both in the tactical and strategic plan. It involves a weaponry technological revolution, strategy reforms and a rearrangement of the military organizations considering new concepts of action and new weapon systems.

The RMA is normally associated with strategy reform. But its implications on the conditions of employment of the Armed Forces should also be taken into account, as some directives concerning the use of the Armed Forces are of societal inspiration. In fact, the discussion on the consequences of the RMA in the modalities of use of the military forces exceeds the mere consideration of technical and military requirements, because this change occurs simultaneously in the society and in the Armed Forces.

The culture of the Military Institution and the paradigm of the combatant are directly challenged by concepts such as "zero-deaths-war" or "zero-soldiers-war".

A natureza e a dimensão das alterações relacionadas com a *Revolução nos Assuntos Militares*, tanto no plano tático como no estratégico, são impressionantes. Apesar disso, alguns especialistas consideram que ela não é uma verdadeira “revolução”, constituindo tão somente mais um processo evolutivo, de natureza semelhante aos que, em épocas anteriores, moldaram o percurso das Forças Armadas. Outros, porém, detectam diferenças importantes: enquanto que, no passado, as “revoluções” foram do tipo “sistema único” – casos da pólvora e do armamento nuclear – ou do tipo “sistema combinado” – como sejam a doutrina alemã de emprego dos blindados ou a doutrina americana de bombardeamento aéreo maciço – a presente “revolução” configura-se como um “sistema integrado” ou, como preferem chamar-lhe alguns autores, como um “sistema de sistemas”, capaz de alcançar efeitos cumulativos através da utilização simultânea de todas as suas capacidades. Como explica David Robertson, no passado, as inovações tinham aplicação apenas em domínios específicos: “a Guerra dos Blindados em terra, o Bombardeamento Estratégico no ar, a Guerra dos Porta-aviões no mar, a Guerra Anfíbia na intersecção entre a terra e o mar, e só ocasionalmente interagiam. O caso da RAM é diferente, pois a sua plena rentabilização só se atinge através do emprego integrado de todos os novos sistemas”¹.

Embora não haja unanimidade quanto ao conteúdo preciso da *Revolução nos Assuntos Militares*, pôde estabelecer-se um certo consenso quanto à coexistência, nela, de três elementos: uma revolução na tecnologia dos armamentos e dos equipamentos – que costuma designar-se abreviadamente por revolução tecno-militar –, uma reformulação das estratégias e uma reconfiguração das organizações militares em função de novos conceitos de actuação e de novos sistemas de armas. Os referidos elementos estariam na origem de transformações que já afectaram o quadro estratégico e as doutrinas de emprego das forças militares e, segundo alguns especialistas, acabarão por afectar também o papel dos militares na sociedade, a composição das Forças Armadas e o desenho de cada um dos Ramos.

Este processo ocorre num registo técnico muito alto. Além disso, convive com um conjunto de alterações muito significativas na relação de poderes no seio do sistema internacional e na estrutura de valores das sociedades humanas. À primeira vista, não se descortina ligação entre fenómenos que ocorrem em domínios tão diferenciados; mas a verdade é que ambos os processos de mudança, a despeito da sua inspiração autónoma,

1 ROBERTSON, David, «Modern Technology and the Future of the Soldier», in GÄRTNER, Heinz, HYDE-PRICE, Adrian e REITER, Erich, *Europe's New Security Challenges*, Boulder e London, Lynne Rienner Publishers, 2001, pp. 71-89.

interferem com a RAM. A revolução tecno-militar, por exemplo, que é uma realidade incontestável do teatro de operações, é-o também, através da intermediação televisiva, da intimidade dos cidadãos. Esta intromissão da RAM no tecido social torna inevitável uma reacção por parte das sociedades; e essa reacção, por sua vez, vai repercutir sobre as próprias condições de emprego da força militar e sobre a conduta dos militares em campanha.

O C₄ISR (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) ou (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento), visto por muitos militares como a “*masterweapon*” do campo de batalha do futuro, é considerado elemento central do processo. Em conjugação com as armas inteligentes, o C₄ISR permitirá concretizar, a partir dos primeiros momentos do combate, uma superioridade militar avassaladora, que retira ao adversário qualquer hipótese prática de reacção. A redução drástica do ciclo “observação-decisão-acção”, que é uma das marcas da RAM, faz com que um inimigo detectado corra sério risco de ser eliminado. Qualquer “assinatura” pode revelar-se mortal, e isso é tão verdadeiro para o carro de combate como para as plataformas aéreas ou marítimas. O raciocínio é inteiramente lógico: se uma plataforma de armas se move, pode ser detectada; se pode ser detectada, pode ser localizada; se pode ser localizada, pode ser alvejada; se pode ser alvejada, pode ser destruída, muito provavelmente, com uma precisão *one shot-one kill*. Logo, se se utilizarem os meios militares adequados, as perspectivas clássicas de “atrição” e de “fogo e movimento” podem ser eliminadas ou fortemente reduzidas.

Uma primeira leitura dos últimos conflitos armados com participação americana - Golfo, Balcãs e Afeganistão - parece confirmar a tese da superioridade absoluta da *masterweapon*. Todavia, o circunstancialismo concreto de cada um deles recomenda que se evitem juízos de valor definitivos, parecendo mais curial averiguar se todos os objectivos prosseguidos directa ou indirectamente nesses conflitos pelos utilizadores da RAM foram alcançados: o terrorismo transnacional foi vencido? Os seus principais agentes e mentores foram inactivados? Os *Estados párias* (*rogue states*) deixaram de apadrinhar o terrorismo e de ameaçar a humanidade com o emprego de armas de destruição maciça? Se a resposta for negativa, tem de se concluir que a RAM está longe de constituir a “arma definitiva”, aquela que decide, independentemente do tipo de conflito e da natureza da ameaça. Além disso - e este ponto é particularmente pertinente, uma vez que ataca o núcleo duro das capacidades da RAM -, é preciso ter presente que, em determinadas circunstâncias, a inovação tecnológica não só não elimina a atrição no campo de batalha, como pode reactivá-la, sobretudo através da sobre-utilização, ou da utilização deficiente, do ciberespaço,

sendo essencial compreender que a vitória num conflito armado não pertencerá inevitavelmente a quem disponha das capacidades tecnológicas mais evoluídas.

1. O Quadro Estratégico

O que parece fora de dúvidas é que a RAM já contribuiu para a modernização do quadro conceptual das estratégias. Representando, no essencial, “a existência, pela primeira vez na era moderna, de uma superioridade geoestratégica abissal de uma superpotência, em relação a todos os outros actores da cena mundial”², este diferencial de poder já inspirou uma nova doutrina de emprego da força militar assente em capacidades e não em poderes nus: os países ou coligações só se envolvem em operações militares se estiverem certos de as resolver rapidamente, com recurso a capacidades esmagadoras que justificam expectativas de “baixas zero” para as suas tropas. Embora uma tal perspectiva possa aparecer hoje como um futurismo sem sentido, a prevenção deve ser tomada muito a sério, porque a situação de ‘zero soldados’, que é uma consequência natural das medidas tomadas para se alcançar a situação de ‘baixas zero’, está claramente inscrita nas finalidades de certos equipamentos, como os mísseis de cruzeiro, os drones e os meios de guerra electrónica à distância.

De entre os muitos aspectos relevantes da reconfiguração do quadro estratégico com ligação directa à RAM, deve destacar-se o afrouxamento dos laços transatlânticos. Esta desacoplagem é consequência de a RAM sugerir um modelo de aplicação de forças cujos níveis superiores de execução são inacessíveis aos países europeus por razões essencialmente orçamentais. O que os europeus receiam é que a RAM venha a tornar inevitável uma repartição do trabalho militar que os transformaria em especialistas dum número reduzido de nichos nos domínios da segurança e da defesa e segundo a qual lhes caberia fornecer os elementos humanos sobre o terreno, enquanto os EUA fariam a supervisão e a coordenação das acções comuns a partir do mar, do ar e do espaço.

A solução para evitar o alargamento do fosso entre as capacidades americanas e europeias seria o investimento financeiro em equipamentos e armamentos que conferissem expressão estratégica autónoma às capacidades da UE - um passo que a Europa, compro-

2 CORREIA, Pedro Pezarat, «Velhas e Novas Cartografias dos Conflitos», in PUREZA, José Manuel (org.) et alia, *Para uma Cultura da Paz*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 79.

vadamente, não está disposta a dar. Todavia, se o não der, as consequências podem ser catastróficas. Num primeiro tempo, acentuar-se-á o pendor isolacionista da geoestratégia americana; e, em função disso, a Europa condena-se a acordar um dia na qualidade de mero agente de interesses mercantilistas, destituído de desígnio estratégico e sem acesso aos equipamentos que poderiam credibilizá-lo.

A afirmação plena das capacidades da RAM no campo de batalha está confinada, por agora, à superpotência americana. Mas um país com as responsabilidades dos EUA não pode considerar-se satisfeito pelo facto de a RAM lhe permitir introduzir ajustamentos na arte operacional, destinados a solucionar os desafios colocados à acção militar nos domínios doutrinal e tecnológico. Enquanto existirem inimigos aptos a utilizar capacidades não convencionais significativas sobre determinadas geografias físicas e com características humanas de resistência ao sofrimento e à dor, a resolução dos conflitos armados pode estar protelada por tempo indefinido. As potências com capacidade para utilizar os meios próprios da RAM são assim confrontadas com a necessidade de compatibilizar aparelhos militares sofisticados com sistemas de armas que permitem a adopção de estratégias de esforços assimétricos. A subsistência de estratégias não tradicionais, protagonizadas por inimigos que usem a Kalashnikov numa mão e o telefone celular na outra, tem como consequência que ninguém possa assegurar que os computadores estejam prestes a substituir-se aos soldados no campo de batalha.

Por enquanto, os armamentos inteligentes não podem ser considerados típicos dos cenários de conflito, uma vez que só lá aparecem episodicamente. Na esmagadora maioria dos actuais conflitos armados, a ausência de sofisticação tecnológica é que faz a regra. Mesmo naqueles que servem de referência à reflexão sobre a RAM – o Golfo, os Balcãs e o Afeganistão – onde ambas as partes perseguem objectivos políticos do mais alto nível, a verdade é que, enquanto uma delas recorre ao patamar tecnológico mais evoluído, a outra utiliza equipamentos de nível elementar.

Aquilo que mais directamente se associa à RAM, de uma forma que diria instintiva, é a vocação estratégica das suas capacidades. Esse é o motivo pelo qual, a despeito das reticências europeias, ela se afirma nos EUA como a opção natural para uma conjuntura onde predomina a incerteza estratégica de longo prazo e a evolução rápida das tecnologias e onde os agentes do terrorismo transnacional já provaram ser capazes de introduzir níveis de violência difíceis de imaginar.

É preciso no entanto ter consciência de que uma linha de actuação isolacionista, mesmo que a cargo da hiperpotência em funções, comprometerá de forma irremediável o sucesso da luta contra as novas ameaças de dimensão planetária. A comunidade estratégica já

suspeitava há algum tempo de que a luta contra os novíssimos inimigos não pode, nem deve, ser travada por um só país, por muito poderoso que seja. Depois do que aconteceu a 11 de Setembro de 2001, compreendeu-se isso de uma forma definitiva. Esse combate comporta, no essencial, dois tempos distintos: um tempo de acção militar pura, onde a RAM se pode revelar decisiva, e um tempo difuso, feito de sombras e luz, onde a vitória se alcança através da cooperação entre serviços de “intelligence”, mas também através do estímulo ao desenvolvimento e ao bem estar, à diferenciação cultural e à tolerância religiosa e étnica. Infelizmente, algumas das movimentações militares e, sobretudo, algumas das opções políticas mais recentes dos EUA, parecem indicar que não entenderam esta mensagem: após alguns meses em que houve coincidência de perspectivas, não só prescindiram da colaboração dos europeus para a execução da Operação *Liberdade Duradoura* como lançaram, contra o aviso dos aliados, um anátema inapelável sobre os países do “eixo do mal”, assumindo-se como uma potência de vocação hegemónica unilateralista, que preconiza soluções militares para os problemas do mundo.

O registo da alterações com incidência estratégica não se esgota nas questões que temos vindo a analisar. Mas estas estão seguramente entre as mais significativas, de tal sorte que é possível esboçar, com base nelas, um conjunto de conclusões provisórias. Em primeiro lugar, tem de se entender que, ao contrário do que se pensa em alguns meios, a RAM não pode considerar-se típica da moderna conflitualidade, uma vez que não tem qualquer protagonismo na maioria esmagadora dos actuais conflitos. Depois, importa ter em conta que a RAM estimula a adopção, por parte dos países detentores de armamentos e equipamentos sofisticados, como é o caso dos EUA, de estratégias com pendor isolacionista. Em terceiro lugar, a RAM já revelou ser um elemento activo, e o mais visível, do fosso tecnológico que não cessa de alargar-se entre os EUA e a Europa. Por fim, a RAM tem implícita uma repartição desequilibrada do trabalho estratégico entre aliados das coligações militares, e esse desequilíbrio não só é fortemente perturbador dos mecanismos de intervenção conjunta, como pode, a prazo, destruir a lógica de agregação das alianças.

2. As Condições de Emprego das Forças Militares

Os reflexos da RAM no quadro estratégico são, pois, da maior relevância. Mas as implicações para as condições de emprego das Forças Armadas não o são menos, em parte por causa da própria natureza da RAM, em parte por causa das alterações que ela provoca no quadro estratégico e em parte ainda porque a sociedade civil tem vindo a segregar

valores e expectativas que interferem com as suas capacidades. As tendências mais expressivas do sistema internacional, bem como as dinâmicas que marcam a reconfiguração das sociedades, interagem com a RAM, criando-se cenários de actuação inteiramente novos. Vejam-se, por exemplo, os primeiros passos das intervenções dos EUA e dos seus aliados no Kosovo e no Afeganistão. Restringida de início aos bombardeamentos aéreos longínquos e às chamadas armas inteligentes, a acção dos meios aéreos foi-se aproximando progressivamente do terreno; mas, para cumprir o “sacrossanto” dever de evitar baixas ao material e ao pessoal, as bombas foram largadas acima dos 15.000 pés. Com isso, pode ter-se poupado a vida dos pilotos e assegurado a sobrevivência dos aviões, mas aumentou-se de forma intolerável a lista de baixas entre os civis cuja segurança integrava os objectivos da intervenção militar.

Os processos de mudança que ocorrem nas Forças Armadas têm uma ligação umbilical à RAM. Sem esta, o ritmo, as tendências, o alcance, a metodologia daquela, seriam seguramente outros. Menos conhecida é a influência que a substituição do quadro de valores das sociedades modernas exerce sobre a RAM, e vice-versa. Mas nenhum especialista ignora que uma parte significativa das directivas para o emprego das forças militares tem inspiração societal e se afirma em simultâneo com as dinâmicas de mudança que assolam a Instituição Militar. De tal modo que a reflexão sobre as incidências da RAM nas modalidades de emprego das forças militares ultrapassa em muito a mera apreciação dos requisitos técnico-militares.

Como pano de fundo, emerge um novo espectro da conflitualidade, que abrange desde os conflitos de alta intensidade até às pequenas guerras, também chamadas “moleculares”, passando por todo o tipo de guerras privadas ou informais, civis ou internacionais, pelas guerras virtuais e do ciberespaço e por toda uma conflitualidade sem contornos definidos, travada nas franjas do sistema internacional e concretizada longe da fronteira dos interesses das grandes potências. Embora parte desta nova tipologia seja difícil de caracterizar, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 impuseram já à comunidade estratégica duas referências fundamentais que, dependendo das circunstâncias, podem aparecer interligadas: terrorismo transnacional e guerra de esforços assimétricos. Guerra, porque a violência das acções, a escolha dos meios utilizados e a extensão dos danos causados, assumiram o significado inequívoco duma verdadeira declaração de guerra contra o coração do mundo capitalista e globalizado; assimétrica, porque se trava entre forças desproporcionadas: bombardeiros e caças supersónicos contra Stingers, bombas supressoras contra edificações provisórias, mísseis de cruzeiro e helicópteros Apache contra espingardas AK-47.

Nos campos de batalha clássicos defrontavam-se Forças Armadas nacionais. Nos cenários da nova conflitualidade envolvem-se efectivos armados dispare, que podem ser empresas militares privadas (*private military companies*) mais ou menos vinculadas aos Governos contratantes, mas também grupos armados de filiação religiosa ou étnica, representantes de interesses ligados ao narcotráfico e aos negociantes de armamentos ou agentes do terrorismo transnacional. No limite, os chamados Estados párias podem equipar-se com armas de destruição maciça e utilizá-las para atingir centros ou actividades vitais do mundo democrático; ou podem facultá-las a grupos terroristas ou a toda uma gama de organizações extremistas. A possibilidade de utilização do armamento nuclear, sobretudo, representa uma ameaça mortal ao equilíbrio estratégico e à paz e à segurança mundiais.

Os países estão conscientes de que não conseguem prover isoladamente à sua própria segurança. Por isso adoptaram novos valores de referência e impuseram na cena internacional novos actores e novas regras de comportamento num contexto de interdependências múltiplas, onde se privilegiam os factores não militares. Posto assim em causa o conceito tradicional de soberania, torna-se obrigatório reapreciar toda a problemática da segurança num enquadramento distinto do da guerra fria e na perspectiva de que a prevenção dos conflitos não só é possível, como é preferível, à gestão dos mesmos. Apoiados no mito do «fim da História», alguns idealistas não hesitam em profetizar que a democracia e a tolerância estão prestes a impedir o recurso à violência na cena internacional. Nesta visão, o ambiente competitivo, ou mesmo hostil, entre unidades políticas, seria substituído por dinâmicas de cooperação entre países e regiões, reforçando-se desse modo a estabilidade dos diversos espaços donde emergem os fundamentos da paz universal e da *warless society* de que fala Charles Moskos. A paz deixaria de ser apenas mais uma aspiração do género humano, assumindo-se como a aspiração absoluta das democracias.

Neste contexto e com estas expectativas, as aptidões dos militares começaram a ser encaminhadas para as “operações de não guerra” («operations others than war»). O soldado, embora continue a treinar-se para fazer a guerra – porque mais ninguém possui as habilitações específicas exigidas por essa missão –, transforma-se progressivamente naquilo que a moderna sociologia designa por guardião-soldado (*constabulary soldier*), um modelo de militar profissional que só raramente é convocado para os campos de batalha convencionais, uma vez que a sociedade prefere destiná-lo às tarefas de preservar a paz. Neste quadro, a limitação de baixas deixou de ser apenas um grande designio genérico, ao qual os generais e os políticos prestavam reduzida atenção, para se transformar num imperativo permanente. No passado recente, não só havia um entendimento implícito na

opinião pública de que as baixas em combate constituíam uma consequência inevitável do poder destruidor dos armamentos, como se considerava cívica e moralmente correcta a glorificação dos heróis mortos. Hoje, a preservação da vida dos soldados - não só a dos “nossos” mas também a dos outros - constitui preocupação central dum escalão político que tem de prestar contas à opinião pública. Mais curioso é que os chefes militares adoptem a mesma postura, recomendando aos subordinados uma atenção à segurança dos soldados que é muitas vezes incompatível com o cumprimento da missão. Charles Moskos, em trabalho de investigação sociológica pelos Balcãs, descobriu recentemente que a maioria dos comandantes militares americanos dos diversos escalões assumia como preocupação principal a de “evitar baixas no seu pessoal”.

A renovação operada nos parâmetros da conflitualidade colocou assim os militares perante uma dupla necessidade: a de darem uma resposta profissional às novas solicitações do combate e, em simultâneo, a de restringirem ao mínimo as baixas causadas e sofridas - uma consigna que põe directamente em causa a cultura da Instituição Militar, que é como quem diz, a natureza profunda da organização, as normas, os valores, os costumes e as tradições por que se regem os seus membros. Uma tal atitude revela-se desde logo digna dos sentimentos duma população civilizada e adequada aos pressupostos da segurança cooperativa. Mas uma análise aprofundada da realidade torna claro que a limitação das baixas em combate nem sempre é viável, e as opiniões públicas ocidentais têm de compreender que esse tipo de rejeição social nem sempre é compatível com a resolução oportuna dos conflitos. Recorde-se o que aconteceu nos primeiros anos do lançamento das operações de apoio à paz: as regras de empenhamento só previam o recurso a acções de combate em circunstâncias estritas de auto-defesa porque, não havendo combate não havia baixas e, enquanto não houvesse baixas, a operação podia prosseguir. Durante algum tempo foi possível adiar a resposta a uma questão central: será que uma força militar proibida de combater pode ser capaz de manter a paz? Na Bósnia, foi preciso que os capacetes azuis aparecessem transformados em reféns para se perceber que, quando uma força militar dá a impressão de não ser, na realidade, uma *força de combate*, o cumprimento da missão fica irremediavelmente prejudicado.

As consequências culturais de toda esta mudança não podem deixar de ser ponderadas. O mais importante elemento de cultura militar é aquele que pode deduzir-se da missão principal das Forças Armadas: a de fazer a guerra em nome do Estado. Como realça Don Snider, os elementos centrais desta cultura são os relacionados com as incertezas da guerra e com as tentativas para gerir, de forma congruente e responsável, os rituais da

violência, do sofrimento e da morte. Enquanto assim for, é preciso averiguar se a tradicional “ideologia operacional” do militar é compatível com uma nova “ideologia civilista”, desenhada em função dum novo quadro de missões e suportada em aptidões sobretudo técnicas e administrativas. O que é que vai prevalecer? A ética militar tradicional ou as exigências dos novos teatros de operações talhados à medida da RAM, que apontam para a valorização do conhecimento técnico e científico, em detrimento das qualidades tradicionalmente atribuídas ao combatente?

O bom senso recomenda que não se espere do vigilante-soldado do século XXI o mesmo sentido do dever militar que as tropas levavam para o campo de batalha no século XX. Mas pode sempre perguntar-se se essa alteração vai contribuir para o sucesso das operações ou se, pelo contrário, lhes reduz as probabilidades de êxito. Estudos recentes sobre os comportamentos em combate não deixam margem para dúvidas: a preocupação da sociedade com a morte dos seus soldados pode exercer um efeito moderador sobre as percentagens de baixas; mas infelizmente não vai aumentar as probabilidades de as nossas tropas triunfarem sobre o inimigo. Savage e Gabriel não hesitam mesmo em estabelecer uma relação directa entre os problemas americanos no Vietname e a substituição do estereótipo tradicional do oficial “gladiador” por um oficial “gestor de combates”, na realidade um comandante de retaguarda, mais preocupado em não infringir as recomendações dos manuais e menos em correr os riscos inerentes a um comando exercido de acordo com os cânones da “honra” militar.

O “espírito guerreiro” não pode entrar em litígio com as finalidades fixadas, para as operações militares, pelo poder político, mas não está provado que os responsáveis políticos tenham direito a estender o seu controlo sobre o campo de batalha até o ponto de prejudicar o cumprimento da missão. É certo que os avanços nas tecnologias da informação lhes permitirão aproximar-se do campo de batalha num grau que até aqui era impensável, abrindo-lhes as portas ao controlo e à coordenação, sem intermediários, das forças empenhadas – um passo que significaria a concretização do aforismo de Clemenceau de que “a guerra é um assunto sério de mais para ficar à responsabilidade exclusiva dos generais”. Essa expectativa é potencialmente perigosa, pois pode sugerir ao poder político atitudes precipitadas, como seria o acto de comunicar, sem intermediários, com o comandante duma unidade envolvida em combate. Esse impulso deve ser evitado a todo o custo, porque de contrário os responsáveis políticos arriscam-se a protagonizar uma interferência com resultados desastrosos.

Às sociedades compete indiscutivelmente fixar, sem prejuízo da eficácia em combate e sem subterfúgios, o tipo de soldado que pretendem. Durante séculos, o arquê-

tipo do combatente era o ocupante das primeiras linhas, fosse em terra, no mar ou no ar. Mas o que são, hoje, as primeiras linhas? Na época da guerra electrónica e das munições de alta precisão, quando se institucionaliza o recrutamento de especialistas civis para operar sistemas de armas, o que distingue o combatente do não combatente? O piloto de aviões que dispara um míssil de cruzeiro a distâncias enormes do alvo deve ser considerado mais “guerreiro” do que o operador dum veículo não tripulado?

É necessário igualmente ponderar os condicionamentos que a moral, os costumes e a lei exercem sobre o processo de decisão política. Estes constrangimentos são mais evidentes nas sociedades livres, onde os líderes não podem prosseguir políticas que não tenham a aprovação, ou pelo menos a aquiescência, da opinião pública. Aqui cabe destacar o papel da Comunicação Social na informação dos cidadãos a respeito das políticas de segurança e defesa e dos seus instrumentos. Sendo certo que a Instituição Militar está encarregada pela comunidade de administrar a violência armada legítima, com tudo o que isso implica de idoneidade moral e de responsabilidade social, para já não referir os riscos pessoais assumidos, a necessidade de ela ser compreendida e aceite pela opinião pública não carece de explicação.

Esta questão, de relevância em qualquer circunstância de tempo e lugar, ganha uma acuidade reforçada sempre que os equipamentos de alta tecnologia característicos da RAM são utilizados, não apenas pelos seus efeitos, mas sobretudo pela exposição pública a que as televisões os sujeitam. Curiosamente, a valorização dos drones e dos mísseis de cruzeiro, que num primeiro olhar parece destinada a aproximar o cidadão comum do campo de batalha, acaba afinal, num jogo carregado de incidências virtuais, por mascarar a verdade objectiva. Vista através da televisão, a RAM parece bem mais eficaz do que é na realidade; e sempre que se destacam o alcance, o poder destruidor e os custos dos armamentos inteligentes, as sociedades desvalorizam o homem combatente e tendem a enfatizar no combate questões de racionalidade economicista.

Em semelhante contexto, o recurso às “empresas militares privadas” (*private military companies*) tem de se considerar natural. É certo que o facto de um punhado destas empresas se ter instalado nos Balcãs sob contrato de Governos legítimos não permite, por si só, antevê-las como protagonistas credíveis da cena internacional. Mas a opção generalizada, no Ocidente, por Forças Armadas profissionalizadas, tendencialmente semelhantes, nos direitos e nos deveres, a qualquer outra profissão, atira-as para uma situação em que passam a representar, para o mercado de trabalho, um sector equiparado aos restantes. Uma vez colocada a força militar em pé de igualdade com as outras

actividades do Estado, nada impede que, mais cedo ou mais tarde, por razões de racionalidade económica, se abra concurso público para o fornecimento, pelo melhor preço, dum serviço de segurança ao país. Prisioneiros da lógica eleitoralista, vigiados por uma opinião pública pouco dada a devaneios moralistas, os responsáveis políticos dos países vão inevitavelmente sentir um dia a tentação de recorrer aos préstimos dessas empresas, na linha, aliás, duma actividade que já pode considerar-se rotineira: o fornecimento de serviços e especialistas civis às Forças Armadas, por falta de pessoal militar habilitado.

Num mundo onde a necessidade de segurança se mantém imperativa, os militares são encaminhados, cada vez mais, para missões que escapam ao escopo tradicional, como a vigilância de fronteiras, a luta contra o narcotráfico ou a ajuda humanitária, ou seja, missões talhadas para as capacidades das empresas militares privadas. Se em determinadas circunstâncias, alguns actores da cena internacional sentirem dificuldade em criar de raiz os instrumentos militares de que necessitam para as suas políticas, não pode estranhar-se o seu interesse na contratação daqueles profissionais, chame-se-lhes ou não mercenários.

Em questão de tamanha gravidade, é imperioso fixar um limite para as dinâmicas da racionalidade económica. A afirmação externa dos Estados, a sua presença nos cenários fluidos da gestão de crises, não pode ser entregue a assalariados *ad hoc*. A opção por uma reestruturação da “administração da violência armada” que confira às Forças Armadas, detentoras exclusivas das capacidades da RAM, o monopólio da grande violência, enquanto as empresas militares privadas se encarregam da pequena conflitualidade é, por razões óbvias, inaceitável.

A problemática criada pela difícil compatibilidade da RAM com certos parâmetros da nova conflitualidade e com o novo quadro de valores das sociedades reclama respostas, e urgentes. Este será provavelmente o aspecto que mais diferencia a RAM dos processos de mudança que ocorreram no passado.

Os três elementos presentes na Revolução nos Assuntos Militares:

- uma revolução tecno-militar;
- uma reformulação das estratégias;
- uma reconfiguração das organizações militares em função de novos conceitos de actuação e de novos sistemas de armas.

A redução do ciclo “observação-decisão-acção” na lógica da RAM:

- se uma plataforma de armas se move, pode ser detectada;
- se pode ser detectada, pode ser localizada;
- se pode ser localizada, pode ser alvejada;
- se pode ser alvejada, pode ser destruída, muito provavelmente, com uma precisão *one shot-one kill*.

Quatro lições recentes:

- a RAM está longe de constituir a “arma definitiva”, aquela que decide, independentemente do tipo de conflito e da natureza da ameaça;
- os armamentos inteligentes não podem ser considerados típicos dos cenários de conflito, uma vez que só lá aparecem episodicamente;
- em determinadas circunstâncias, a inovação tecnológica não só não elimina a atrição no campo de batalha, como pode reactivá-la, sobretudo através da sobre-utilização, ou da utilização deficiente, do ciberespaço;
- a vitória num conflito armado não pertence inevitavelmente a quem disponha das capacidades tecnológicas mais evoluídas.

Aspectos relevantes na reconfiguração do quadro estratégico:

- a RAM é a opção natural para uma conjuntura onde predomina a incerteza estratégica de longo prazo e a evolução rápida das tecnologias;
- a RAM estimula a adopção, por parte dos países detentores de armamentos e equipamentos sofisticados, de estratégias com pendor isolacionista;
- a RAM já revelou ser um elemento activo, e o mais visível, do fosso tecnológico que não cessa de alargar-se entre os EUA e a Europa;
- a RAM tem implícita uma repartição desequilibrada do trabalho estratégico entre aliados das coligações militares. Esse desequilíbrio é fortemente perturbador dos mecanismos de intervenção conjunta e pode, a prazo, destruir a lógica de agregação das alianças.

Aspectos salientes nas condições de emprego das forças militares:

- a emergência dum novo espectro da conflitualidade, com relevância para a guerra de esforços assimétricos;
- a afirmação, nos campos de batalha, de uma nova tipologia de actores;
- a confirmação do terrorismo transnacional;
- o aparecimento, na cena internacional, de novos actores e de novas regras de comportamento, num contexto de interdependências múltiplas, onde se privilegiam os factores não militares;
- de acordo com uma visão idealista, o ambiente competitivo, ou mesmo hostil, entre unidades políticas, estaria a ser substituído por dinâmicas de cooperação entre países e regiões. A paz deixaria de ser apenas mais uma aspiração do género humano, assumindo-se como a aspiração absoluta das democracias;
- neste contexto e com estas expectativas, as aptidões dos militares começaram a ser encaminhadas para as “operações de não guerra” («operations others than war»);
- o soldado transforma-se progressivamente no guardião-soldado (*constabulary soldier*), um modelo de militar profissional que só raramente é convocado para os campos de batalha convencionais, uma vez que a sociedade prefere destiná-lo às tarefas de preservar a paz;
- a preservação da vida dos soldados - não só a dos “nossos” mas também a dos outros - constitui preocupação central dum escalão político que tem de prestar contas à opinião pública. Mas também os chefes militares recomendam uma atenção à segurança dos soldados que é muitas vezes incompatível com o cumprimento da missão;
- a moderna conflitualidade colocou assim os militares perante uma dupla necessidade: a de darem uma resposta profissional às novas solicitações do combate e, em simultâneo, a de restringirem ao mínimo as baixas causadas e sofridas;
- as consequências de toda esta mudança na cultura militar são enormes, tornando-se imperioso averiguar se a tradicional “ideologia operacional” do militar é compatível com uma nova “ideologia civilista”, desenhada em função dum novo quadro de missões e suportada em aptidões sobretudo técnicas e administrativas;

- os avanços nas tecnologias da informação abriram ao escalão político a possibilidade de controlar e coordenar directamente as forças empenhadas no teatro de operações. Essa perspectiva é potencialmente perigosa e deve ser evitada a todo o custo;
- vista através da televisão, a RAM parece mais eficaz do que é na realidade; e sempre que se destacam as potencialidades dos armamentos inteligentes, as sociedades desvalorizam o homem combatente e tendem a enfatizar no combate questões de racionalidade economicista;
- a opção generalizada, no Ocidente, por Forças Armadas profissionalizadas, atira-as para uma situação em que passam a representar, para o mercado de trabalho, um sector equiparado aos restantes. Uma vez colocada a força militar em pé de igualdade com as outras actividades do Estado, nada impede que se abra concurso público para o fornecimento, pelo melhor preço, dum serviço de segurança ao país;
- está em aberto a opção por uma reestruturação da "administração da violência armada" que confira às Forças Armadas, detentoras exclusivas das capacidades da RAM, o monopólio da grande violência, enquanto as empresas militares privadas se encarregariam da pequena conflitualidade. Mas a racionalidade económica tem que ter um limite e essa opção é, por enquanto, inaceitável.